

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 528.683 - PR (2019/0249210-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
LUIS GUSTAVO FAGUNDES PURGATO - SP293114
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MICHAEL WYLLSON VERZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido de liminar, impetrado em favor de MICHAEL WYLLSON VERZA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 7/8):

APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO PELO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO E MAJORADO PELO REPOUSO NOTURNO, NA MODALIDADE TENTADA (ART. 155, §§1º, 2º E 4º, INCISO I, C/C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CP). SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PLEITO DE AFASTAMENTO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA, ANTE O ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. ACOLHIMENTO. LESÃO EXPRESSIVA. VALOR DA RES FURTIVA QUE ULTRAPASSA 10% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA. RESTITUIÇÃO IRRELEVANTE. ALTA REPROVABILIDADE DO COMPORTAMENTO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. REPOUSO NOTURNO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REFORMA DA SENTENÇA. CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. SEGUNDA FASE. ATENUANTE DA CONFISSÃO QUE NÃO PODE REDUZIR A PENA AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL SÚMULA 231 DO STJ. TERCEIRA FASE, CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DO ART. 155, §2º, DO CP, NA FRAÇÃO DE 2/3. SÚMULA 511, DO STJ. VALOR DA RES FURTIVA NÃO PODE SER CONSIDERADO ÍNFIMO, PORÉM É PEQUENO. CAUSA GERAL DE DIMINUIÇÃO. TENTATIVA. APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/3. ITER CRIMINIS PRÓXIMO À CONCLUSÃO. FIXAÇÃO DE REGIME ABERTO PARA INÍCIO DE CUMPRIMENTO DA PENA. SUBSTITUIÇÃO DA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Consta dos autos que o paciente foi absolvido em 1º grau do crime previsto no art. 155, §§ 1º, 2º e 4º, inciso I, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (fl. 31/38).

Interposta apelação ministerial, o Tribunal estadual deu provimento ao recurso, para condenar o paciente como incurso no art. 155, §§ 1º, 2º e 4º,

Superior Tribunal de Justiça

inciso I, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, à pena de 7 meses e 3 dias de reclusão, mais 2 dias-multa, em regime aberto, substituída a pena corporal por uma restritiva de direitos (fls. 7/30).

Salienta a impetrante, em síntese, que a conduta descrita na inicial acusatória é manifestamente atípica, por aplicação do princípio da insignificância.

Requer, assim, a absolvição da paciente por atipicidade material da conduta.

Prestadas as informações às fls. 59/65 e 69/109.

Manifestou o Ministério Público Federal pela denegação da ordem (fls. 111/114).

É o relatório.

DECIDO.

A impetrante requer a absolvição da paciente por atipicidade material da conduta.

O Tribunal *a quo* deu provimento à apelação ministerial sob os seguintes fundamentos (fls. 13/19):

No caso sob exame, ainda que se identifique como mínima a ofensividade da conduta do agente e ausente a periculosidade social, não se pode desprezar as demais condições.

a) Inexpressividade da lesão jurídica causada

O juízo a quo, ao proferir a sentença absolutória, entendeu que o valor, aliado à restituição dos bens à vítima, não ensejariam a intervenção estatal no presente caso (mov. 103.1).

O auto de avaliação (mov. 10.11) atribuiu à res furtivcf o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais). Esclareça-se, em relação à televisão, também constante do referido auto, o órgão ministerial promoveu o arquivamento, ante a ausência de indícios de autoria (mov. 21.1).

Contudo, ainda que, a priori, em que pese se trate de produtos alimentícios e o valor possa parecer ínfimo em relação à vítima - que possui uma empresa prestadora de serviços para eventos-, não é o que se denota quando analisado sob o ponto de vista da sociedade.

Da análise dos autos tem-se que os fatos ocorreram na data de 12.12.2016, quando o salário mínimo vigente era de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), conforme Decreto nº 8.618/2015. Assim, tem-se que o valor dos bens, que foram objetos da tentativa de subtração, corresponde a 22,72% do salário mínimo vigente à época.

Em vista disso, ainda que se trate de pequeno valor, não se pode afirmar que o valor dos bens é irrisório, posto que ultrapassa 10% do valor do salário mínimo.

Ressalte-se que a restituição dos bens também é prescindível, no sentido de considerar a irrelevância da lesão à vítima, posto que a empreitada delitiva foi interrompida por circunstâncias alheias à vontade do agente, tendo este sido

preso em flagrante no local.

[...]

Deste modo, denota-se que a expressividade da lesão provocada já é suficiente para revelar o afastamento do princípio da insignificância.

b) Reduzido grau de reprovabilidade

Inicialmente, em relação ao rompimento de obstáculo, cumpre consignar que, em que pese o apelado alegue que o responsável por "abrir" a pantográfica fosse um terceiro - que havia lhe avisado que o local estaria aberto - (mov. 94.7), a defesa não se desincumbiu do ônus de provar tal alegação⁶, restando, essa versão, isolada nos autos.

Quanto ao argumento de que o laudo pericial é inconclusivo em relação ao rompimento de obstáculo, cumpre consignar que à defesa é facultada a oitiva dos peritos, a fim de esclarecer prova ou responder quesitos⁷, o que tampouco foi feito, sendo, da mesma forma, uma alegação não comprovada, cujo ônus era da defesa.

O laudo é categórico ao atestar a situação da porta pantográfica, inclusive com registros fotográficos, dando conta de que o afastamento do gradio gerava um vão de 30cmx40cm, sendo este espaço suficiente para passagem de uma pessoa de pequena e média compleição física (mov. 15.1).

Insta salientar que a palavra da vítima (mov. 94.5) - que afirmou que a pantográfica teria sido afastada - possui especial relevância em delitos patrimoniais-que, neste caso, não vem isolada, mas sim corroborada por outros elementos probatórios visto que não há interesse, por parte desta, em acusar inocentes, mas, sim, em identificar o verdadeiro autor do crime.

Vencida esta questão, passa-se à análise da aplicação do princípio da insignificância, quando presente a qualificadora em questão.

Ao contrário do alegado pelo apelado em contrarrazões, a jurisprudência tem entendido como inaplicável o princípio da insignificância quando o furto é praticado mediante rompimento de obstáculo, posto que essa condição revela a contumácia do agente e, portanto, maior grau de reprovabilidade da conduta.

Consigne-se, ainda que a prática delituosa deu-se durante o repouso noturno (por volta das 00h45), quando a vigilância é precária, ficando o patrimônio, portanto, mais vulnerável, o que maximiza a chance de êxito da empreitada criminosa.

[...]

Desta forma, depreende-se que o grau de reprovabilidade da conduta revelou-se elevado, o que tampouco possibilita seja reconhecida a insignificância.

Em conclusão, no caso em exame, tendo em vista o valor subtraído e as circunstâncias em que se deram os fatos - mediante rompimento de obstáculo -, revela-se inviável a aplicação do princípio da insignificância.

Fixou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores, quais sejam: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do

comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Consta dos autos que o paciente foi condenado por subtrair para si, diversos alimentos avaliados em R\$ 200,00, valor que corresponde a 22,72% do salário mínimo vigente à época dos fatos, qual seja R\$ 880,00. Desse modo, não pode ser considerado como insignificante o valor do bem furtado.

Sendo assim, configura-se expressiva a lesão ao bem jurídico tutelado, nos termos da orientação jurisprudencial do STJ. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. DELITO DE TENTATIVA DE FURTO. PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. VALOR DO OBJETO QUE ULTRAPASSA 10% DO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO DELITO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. ATIPICIDADE MATERIAL. NÃO RECONHECIMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

- [...]

- Consoante já assentado pelo Supremo Tribunal Federal, a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada (HC n. 84.412/SP, de relatoria do Ministro Celso de Mello, DJU 19/4/2004). - De maneira meramente indicativa e não vinculante, a jurisprudência desta Corte, dentre outros critérios, aponta o parâmetro da décima parte do salário mínimo vigente ao tempo da infração penal, para aferição da relevância da lesão patrimonial. - **No caso em análise, a res furtiva supera, e muito, o valor de 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos, estando o acórdão recorrido em consonância à orientação jurisprudencial desta Corte. Precedentes.**

- *Habeas corpus não conhecido.* (HC 420.197/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 4/12/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. VALOR DA RES FURTIVA QUE NÃO EQUIVALE A UM INDIFERENTE PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não é ilegal a negativa de aplicação do princípio da insignificância na fase do art. 397 do CPP se o valor do bem indevidamente apropriado pelo réu, ictu oculi, é expressivo, visto superar 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos, e não há maiores elementos para realizar uma análise conjunta das circunstâncias do crime e da vida pregressa do acusado, com alusão feita pelo Juiz de primeiro grau de que a tese defensiva será melhor analisada no julgamento de mérito da ação penal.

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 372.534/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017,

Superior Tribunal de Justiça

DJe 28/11/2017).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REINCIDÊNCIA. INAPLICABILIDADE.

I - No caso, imputa-se ao paciente o furto de um botijão de gás de residência, cujo valor - R\$ 80,00 (oitenta reais) - não pode ser considerado irrisório, já que equivale a mais de dez por cento do salário mínimo vigente à época do fato (R\$ 678,00).

II - De outro lado, na linha da jurisprudência desta col. Corte, ressalvado o meu entendimento pessoal, mostra-se também incompatível com o princípio da insignificância a conduta ora examinada, haja vista que o agravante é reincidente. (Precedentes).

Agravo Regimental desprovido. (AgRg no AREsp 651.694/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 7/5/2015, DJe 15/5/2015).

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator